



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## ANÁLISE DA REDE DE ATENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM SERGIPE

Marlizete Maldonado Vargas (UNIT, marlizete@uol.com.br); Luciana dos Santos Cariri (UNIT, lucianasantosca@hotmail.com ); Émmary Nainy Nascimento Dantas Leite (UNIT, ) Rebeca Elim Santos dos Anjos(UNIT,

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias de atuação dos serviços da rede de atenção às vítimas em municípios sergipanos. Trata-se de uma pesquisa analítica, de abordagem quantitativa. O campo de investigação foi composto por instituições nas quatro áreas de atuação (policial, jurídica, psicossocial e da saúde), envolvidas na atenção à violência doméstica contra mulher nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Itabaiana e Aracaju. Participaram desse estudo 94 (noventa e quatro) profissionais que prestam assistência direta às mulheres nas instituições pesquisadas. Foi aplicado um questionário abrangendo informações sobre o funcionamento dos atendimentos, características da clientela, estratégias de atuação e interação com outras instituições. Os resultados evidenciaram que existe necessidade de ampliação da composição dos serviços vinculados à atenção à mulher em situação de violência, já que nas instituições pesquisadas foram identificadas várias dificuldades: atendimentos são fragmentados (28%), ausência de um protocolo de assistência à mulher vítima de violência (31%); ausência de uma base de dados comum aos serviços para facilitar o fluxo de informação entre as redes (33%); recursos humanos insuficientes (43%), atentando-se para o aspecto de múltiplas respostas. Esses resultados demonstram que os desafios das instituições que compõem a rede de atenção à mulher não é apenas técnico e operacional, mas também na articulação entre as instituições, o que gera a fragmentação dos serviços, comprometendo a qualidade da assistência prestada as mulheres que procuram a rede.

Palavras-chave:

### Introdução

A violência doméstica contra a mulher é construída com base em fatores históricos, socialmente socioculturais, tendo suas raízes em causas variadas. Ela é definida como qualquer conduta que seja usada para infligir danos, causando sofrimentos físicos, sexuais, mentais e econômicos (GREIN et al., 2016; SOUTO et al., 2016; MATUD et al., 2016; ANDRADE et al., 2016; VARCOE et al., 2011), sendo reconhecida como um problema de saúde pública (GRIEN et al., 2016; ALBUQUERQUE NETO, et al., 2015; SILVA, 2014; RODRIGUES, 2014; COSTA, GOMES, BARLEM, 2013; SÁ, 2013; MINAYO, 2011).

A violência doméstica na cultura ocidental atinge não apenas países em desenvolvimento

como o Brasil, mas também os países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá e vários países europeus. Pesquisas como as de Crombie, Hooker, Reisenhofer (2016), Ali, McGarry, Dhingra (2016), Souto et al. 2016, Matud et al. (2016), Ahmad et al. (2013), Devries et al. (2013) e Rosenberd (2010) mostraram como a violência se perpetua, ao longo das décadas, em todas as camadas sociais, o que a tornou uma problemática global, com poucas variantes entre os países. Nos Estados Unidos, a prevalência de violência física e sexual por parceiro íntimo, em torno de 25%, está acima da taxa da América do Norte, que é de 21%. Na Europa Central é de 28% e na América Latina, de 24% (ALI, MCGARRY, DHINGRA, 2016).

A violência doméstica contra a mulher é considerada uma problemática mundial de



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

saúde pública, e pesquisas têm sido desenvolvidas em todo mundo, culminando em uma ampla produção de conhecimentos sobre esse fenômeno, mostrando que a questão de gênero está presente nas relações de poder e tem sido determinante no aumento da violência contra a mulher (BARRETTO, 2016; RODRIGUES, 2014; ALBUQUERQUE NETO, et al., 2015; CORDEIRO et al., 2013; SÁ, 2013; CHIAROTTI, 2011; ALMEIDA, 2010; SAFFIOTI, 2001) e deve ser considerada, também como um problema de iniquidade social (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SAULD, 2010). O Mapa da Violência no Brasil (WAISELFISZ, 2015) demonstra que, em 2013, a cada cinco minutos duas mulheres eram vítimas de espancamento, sendo que na maioria (70%) fora violência praticada pelo parceiro ou ex-parceiro no próprio lar. Diante desses altos índices de violência doméstica contra a mulher, governo brasileiro assumiu o compromisso com tratados internacionais, possibilitando a construção e elaboração de uma das leis mais reconhecidas mundialmente na defesa dos direitos das mulheres: a Lei n. 11.340/2006 ou Lei Maria da Penha, para criar mecanismos de proteção no espaço domiciliar, até então não interventivo pelo Estado (CORDEIRO et al., 2013). Em 2015, a Lei do Femicídio n. 13.104/15, buscou promover maior rigidez no combate à violência contra a mulher, qualificando o feminicídio como crime de homicídio: “quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, implicará em duas hipóteses: a) violência doméstica e familiar; b) menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2016).

Diante do exposto, o objetivo desse estudo foi analisar as estratégias de atuação dos serviços da rede de atenção às vítimas de violência

doméstica em municípios no Estado de Sergipe para trazer uma visão geral dos os serviços oferecidos na atenção às mulheres em situação de violência, sua estrutura de comunicação e articulações na rede.

### **Método**

Trata-se de uma pesquisa de levantamento descritivo, quantitativo, em que participaram da pesquisa 94 (noventa e quatro) profissionais que prestam assistência direta às mulheres em 11 instituições envolvidas na atenção à violência doméstica contra mulher nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Itabaiana e Aracaju. Esses participantes foram caracterizados, neste estudo, como informantes-chave, pois são responsáveis pelo acolhimento, atendimento, orientações as mulheres em situação de violência, e responsáveis pela articulação e encaminhamentos dessas mulheres as ações em redes de atenção.

Foi aplicado um questionário, validado na pesquisa e os dados foram organizados e analisados, de acordo com o estado da arte utilizado nesse estudo.

Esta pesquisa fez parte de um projeto guarda-chuva submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, aprovado em novembro de 2015, parecer nº 1.341.150, e atendeu aos requisitos da resolução 466/12, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde. O sigilo em relação a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa foi garantido, assim como, a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento, caso sinta algum desconforto com a pesquisa, deixando de participar do estudo.

### **Resultados e Discussão**

Os profissionais que atuam nas redes de atenção às mulheres em situação de violência



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

compuseram um universo de 94 noventa e quatro, com predomínio do sexo feminino (86%). Houve maior percentual na faixa etária de 20 a 30 anos (36,20%) e 30 a 40 anos (28,70%), seguido da faixa etária de 40 a 50 anos (24,50%), o que revela um perfil de profissionais com idade entre 20 e 50 anos. O nível de instrução variou, compreendendo ensino fundamental (3,19%), ensino médio (8,51%), cursos técnicos (6,39%), superior (81,91%), sendo que 45,74% do universo pesquisado é pós-graduado. Quanto à função exercida por cada profissional, houve maior predominância de assistente social (34 %), policial (20,2%) e profissionais de saúde (14,9%).

Em relação a localidade de atuação desses profissionais, Aracaju (34,0%) foi o município com maior número de profissionais que participaram da pesquisa, seguido por Itabaiana (21,3%), Barra dos Coqueiros (19,1%) e por último Socorro (6,4%).

De acordo com as respostas dos profissionais pesquisados, a maioria das instituições atende a população em horário comercial (43,6%) e 33% das instituições pesquisadas atende em regime de plantões, sendo a sua principal missão: desenvolver ações com vistas à prevenção, notificação, registro, encaminhamento e acompanhamento às mulheres em situação de violência (59,60%).

O perfil dos sujeitos atendidos nas instituições investigadas é composto majoritariamente por mulheres (79%) e por seus membros familiares (31%). Essas instituições também atendem autores da violência (17%) e testemunhas (10%), conforme Tabela 1. O acesso inicial das mulheres atendidas é de Demanda Espontânea (61,7%), Delegacia (45,7%), Fórum (21,3%) e Hospital (12,8%). Depois de acolhidas e orientadas, as mulheres são encaminhadas para várias instituições que compõem a rede de atendimento, como: delegacias especializadas (54,30%), CREAS

(46, 80%), IML (35%), Hospital (43%), CRAS (27,70%) e Fórum (27,70%).

O meio mais utilizado de comunicação para com outros serviços que compõem a rede de atenção, é o telefone seguido de e-mail, ofícios. Os profissionais também informaram que a troca de informações entre as instituições é “boa” (54,30%) (Tabela 2). Contudo, ao questionar sobre a eficiência dessa troca de informação, parcela significativa não a considera eficiente (44 %). Quanto às dificuldades apontadas a quantidade insuficiente de recursos humanos (43%), superou a ausência de um protocolo de assistência à mulher vítima de violência, que foi seguida pela falta de conhecimentos dos profissionais sobre a articulação em redes de apoio (33%) e a ausência de uma base de dados comum aos serviços para facilitar o fluxo de informações entre as redes (32 %).

Foi evidenciada a necessidade de ampliação da composição dos serviços vinculados à atenção à mulher em situação de violência. As instituições pesquisadas têm como missão principal: acolher com dignidade as mulheres em situação de violência com vistas a prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher; desenvolver ações com vistas à prevenção diminuição do índice de violência contra a mulher e o encaminhamento e acompanhamento às mulheres em situação de violência às instituições que garantam a integridade física, psicológica e patrimonial da mulher.

Nas instituições em estudo foram identificadas como dificuldades do trabalho em redes: ausência de um protocolo de assistência à mulher vítima de violência entre setores para produzir a promoção e a melhoria na qualidade de vida da vítima; ausência de uma base de dados comum aos serviços para facilitar o fluxo de informação entre as redes;



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Defensoras da Justiça

os atendimentos são fragmentados e recursos humanos insuficientes.

O trabalho das instituições pesquisadas é permeado por problemas que comprometem a qualidade e a eficiência dos serviços prestados às mulheres em situação de violência, contrariando a finalidade e os objetivos da criação das redes de atendimento para essas mulheres a saber: “a integração sistêmica de ações que propiciem atenção contínua e integral, de qualidade, responsável e humanizada; o incremento do desempenho do sistema em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária; eficiência econômica” (BRASIL, 2011, p. 17).

Bernz, Coelho, Lindner (2012), ao analisar os dados de uma pesquisa internacional, realizada com mulheres vítimas de violência doméstica, identificaram, também uma série de problemas na atenção, principalmente, na falta de redes de apoio, na deficiência na capacitação dos profissionais e na falta de parcerias entre os serviços. De um modo geral, a literatura apontou que os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica precisam de maior articulação nas ações intersetoriais, atendendo aos princípios de integralidade e resolutividade preconizados pelo SUS (LIRA, 2015; LETTIERE, NAKANO, 2015; MENEZES, 2014; BENETTI, et al., 2011; LEITE, 2015).

Foi observado, também, que o desafio de investir em estratégias de resolução dos gargalos da rede de atenção não é apenas técnico e operacional, mas de melhor diagnóstico das usuárias da rede e de resolubilidade. Além disso, as instituições precisam desenvolver um trabalho mais humanizado, acolhendo as mulheres em suas reais possibilidades e necessidades.

## Conclusões

Este trabalho analisou a violência doméstica contra a mulher e as estratégias de atuação dos serviços da rede de atenção às vítimas em municípios de alta prevalência no Estado de Sergipe, caracterizando a violência doméstica conjugal contra mulheres nos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Itabaiana, verificando a articulação das redes de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica conjugal nesses municípios.

O que se constatou foi um trabalho intenso das instituições que integram a rede de atenção em Sergipe no enfrentamento da violência contra a mulher. Contudo, elas enfrentam uma série de desafios e dificuldades: ausência de um protocolo de assistência à mulher vítima de violência entre setores para produzir a promoção e a melhoria na qualidade de vida da vítima; ausência de uma base de dados comum aos serviços para facilitar o fluxo de informação entre as redes; os atendimentos são fragmentados e recursos humanos insuficiente, desinformação sobre a existência de serviços especializados pelos profissionais da rede, atendimentos são fragmentados, despreparo dos profissionais que atendem nos serviços, entre outros. O que caracteriza que as redes de atenção nos municípios pesquisados, apesar do avanço no enfrentamento da violência doméstica, ainda desenvolvem seus processos de trabalhos de forma centralizada, no padrão hierarquizado, gerando fragmentação da atenção e desarticulação em alguns serviços, pois cada instituição desenvolve seus serviços não se articulando as demais instituições que fazem parte da rede.



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulheres e Políticas da Saúde

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE NETO, L. A. et al. Mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: tomada de decisão por apoio institucional especializado. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v.36, n. 12, p.135-42, 2015.

ALMEIDA, M. G. B. A violência na sociedade contemporânea [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BARRETTO, E. C. A questão de gênero e a violência contra a mulher no Brasil: avanços e impasses jurídicos. *Revista Diálogos Possíveis*, Salvador, ano 15, v.1, p.110-133, jan. /jun. 2016.

BENETTI, R. R. et al. O conflito na atividade gerencial do enfermeiro. *Revista Contexto & Saúde*, Ijuí. v. 10. n. 20. Jan./Jun. 2011.

BERNZ, I. M; COELHO, E.B. S.; LINDNER, S. R. Desafio da Violência Doméstica para profissionais da saúde: revisão da literatura. *Saúde & Transformação Social* [Internet]. 2012.

BRASIL. Instituto de segurança pública. Dossiê Mulher 2016, violência contra a mulher: dados 2015. ISP, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres-SPM. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011.

BRASIL, Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a criação dos juizados de Violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências.

CHIAROTTI, S. Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do femicídio/feminicídio. Lima: CLADEM.107-116, 2011.

CORDEIRO, L. Análise do perfil Sociodemográfico das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar que alcançam a SEPS/MPDFT. Brasília, 2013.

COSTA, D.F; GOMES, V.L.O; BARLEM, E.L.D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. *Revista Acta Paulista de Enfermagem*, v. 26, n. 6, p.547-53, 2013.

CROMBIE N, HOOKER L, REISENHOFER S. Nurse and midwifery education and intimate partner violence: a scoping review. *J Clin Nurs*. July, v.14, n. 6, 2016.

DEVRIES, K. M, et al. Global health. The global prevalence of intimate partner violence against women. *Science*, v. 340, n. 6140, p. 1527-8, 2013.

FONG, J. Chinese immigrant women confronting male violence in their lives. In: FONG, J. *Out of shadows: woman abuse in ethnic, immigrant, and aboriginal communities*. Toronto: Women's; 2010. p. 186-214.

GOMES, N. P. Processo de enfrentamento da violência conjugal. 2009. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GREIN, T.A. et al. Violência doméstica contra mulheres: produção de sentidos pela mídia televisiva no sudoeste de Mato Grosso,



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

Brasil. Revista Brasileira de Pesquisa e Saúde, v.18, v. 2, p. 87-95, 2016.

LEITE, F. M. C. Violência contra a mulher: caracterizando a vítima, a agressão e o autor. Revista Paulista de Cuidados Fundamentais, v. 7, n. 1, p. 2181-2191, 2015.

LETTIERE, A; NAKANO, A.M.S. Rede de atenção à mulher em situação de violência: os desafios da transversalidade do cuidado. Revista Eletrônica de Enfermagem, v.17, n. 4, p. 2-8, 2015.

LINDNER, S. R. Prevalência de violência física por parceiro íntimo em homens e mulheres de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: estudo de base populacional. Revista Caderno de Saúde Pública, v. 31, n. 4, p. 815-826, 2015.

LIRA, K. F. S. Violência doméstica contra as mulheres: relações de gênero e de poder no sertão pernambucano. Dissertação (Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação, 2015.

MAPA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL. In: WAISELFISZ, J. J. Homicídios de mulheres no Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília. 2015.

MATUD, M. P. et al. Eficacia de un programa de intervención para mujeres maltratadas por su pareja. Terapia Psicológica, v. 34, n. 3, p. 199-208, 2016.

MENEZES, P. R. M. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 23, n. 3, p. 778-786, 2014.

MINAYO, M.C.S. Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. FIOCRUZ, 2011.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SAULD (US). Plan de acción para la implementación de la Política de Igualdad de Género de la OPS 2009-2014. Washington (DC): Oficina Regional OPAS; 2010.

PASINATO, W. Oito anos de lei maria da penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, maio-agosto/2015.

RODRIGUES, R. A. Autonomia da mulher e a violência doméstica. Análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.424 sob as Perspectivas Feministas da autonomia. Rio de Janeiro-Brasil [Dissertação]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, 2014.

ROSENBERD, L. Praying for divorce: the abuse of Jewish women through Jewish divorce law. In: FONG, J. Out of shadows: woman abuse in ethnic, immigrant, and aboriginal communities. Toronto: Women's; 2010. p. 215-41.

SÁ, S. D. Personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão sistemática da literatura, Rio Grande do Sul – Brasil [Dissertação]. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos de Pesquisa, v.16, p. 115-136, 2001.

AGRADECIMENTOS:

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe pelo financiamento.